

Lula anuncia seu plano de emergência

GAZETA MERCANTIL

01 OUT 1998

Entre as medidas estão o controle temporário do câmbio e aumento do salário mínimo

O candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciou ontem oito medidas emergenciais que adotaria caso fosse presidente, na forma de decretos, projetos de lei e avisos presidenciais, para enfrentar a crise, informou a agência O Globo. Entre as medidas que adotaria no dia primeiro de janeiro de 99, quando tomasse posse, estão um aviso presidencial ao Banco Central que estabelece o controle temporário do câmbio, para evitar a fuga de capitais, permitindo reduzir os juros. Esse seria o pontapé inicial do conjunto de medidas, segundo economistas que assessoram Lula.

Outra medida anunciada, esta por meio de um projeto de lei em regime de urgência, seria a correção do salário mínimo, a partir de maio do ano que vem, até dobrar seu poder de compra no final de 2002. Os assessores econômicos de Lula disseram que, com o controle cambial, seria possível reduzir os juros e, conseqüentemente, o impacto sobre as contas públicas seria menor, reduzindo-se o déficit público.

lei do Executivo, num possível governo Lula, estenderia o orçamento participativo — implantado em prefeituras petistas — para o país.

Com o orçamento participativo, o Governo realizaria audiências públicas para discutir a destinação dos recursos e permitiria a apresentação

de propostas por parte da sociedade.

À noite, no comício que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Porto Alegre, Lula afirmou que “o Brasil não estava preparado para enfrentar uma reeleição pela forte influência do Executivo”. “Nenhuma vez o abuso foi tão grande como agora”, afir-

mou, referindo-se à campanha da situação. Lula participou do encerramento da campanha do candidato petista ao governo gaúcho, Olívio Dutra. O governador Antônio Britto, que lidera a disputa no estado, também encerrou a campanha com comício no centro da capital.

Mas os economistas ligados a Lula ressaltaram que não estipularam o aumento inicial do mínimo porque não seria possível prevê-lo agora.

O candidato anunciou ainda um decreto que implantaria o Programa Nacional de Emprego, com o objetivo de criar em caráter de emergência um milhão de vagas em frentes de trabalho nas áreas urbana e rural e ainda a criação de 1,5 milhão de postos, em programas de geração de empregos para jovens. O decreto estipularia a implementação de um plano nacional de obras, saneamento, habitação e infra-estrutura, financiado por linhas de crédito das agências e instituições oficiais.

O pacote de medidas inclui ainda um decreto presidencial que determinaria a utilização de tarifas — levando em conta as normas da Organização Mundial de Comércio — que possibilitem o aumento das exportações e o controle das importações de bens e serviços que concorram em condições desiguais com a produção nacional. Um projeto de